

Ana Paula Banza (Universidade de Évora / CIDEHUS)

O silêncio dos manuscritos: para uma edição crítica da *História do Futuro*, de Padre António Vieira

1. A (in)segurança dos manuscritos autógrafos

Ivo Castro (1990: 28) escreveu, a propósito da edição de textos, que:

O crítico não deve empreender a edição para provar uma opinião sua; deve convidar os papéis, com um mínimo de interferência da sua parte, a organizarem-se sob a forma de edição e só depois formará a sua opinião, se quiser. [...] Tendo em igual consideração tudo o que os papéis dizem, mas nunca os forçando a dizer mais do que aquilo que contêm. Não os escolher, não os adaptar ao nosso gosto, nem os espremer.

No fundo, estes princípios, enunciados por Ivo Castro a propósito da edição crítica da obra de Fernando Pessoa, mais não são do que a «posição básica do crítico textual», como reconhece aquele autor, e podem parafrasear-se da seguinte forma: não silenciar os manuscritos, deixá-los falar connosco, dizer tudo o que têm para dizer; mas, por outro lado, não os violentar, forçando-os a dizer algo que, na realidade, não dizem.

Ora, no caso da *História do Futuro*, obra concebida pelo Padre António Vieira (1608-1697) como um monumental tratado profético e nunca concluída, os papéis que, por diferentes vias, chegaram até nós, meros fragmentos de uma obra tão vasta como complexa, constituem um sério desafio ao editor crítico que pretenda respeitar estes princípios, porque, na verdade, este sensato e honesto equilíbrio pode ser difícil de alcançar, nomeadamente tratando-se de papéis avulsos, fragmentários e desordenados perante os quais o editor se vê na contingência de lhes conferir uma organização que o autor não lhes deu, fazendo escolhas e correndo o enorme risco de, ainda que inadvertidamente, adaptá-los às suas próprias ideias, «espremendo-os», na saborosa metáfora de Ivo Castro.

O que fazer, então, quando os manuscritos que chegam até nós não conferem ao editor a segurança que, supostamente, deveriam conferir-lhe? Foi Paul Maas quem, na sua obra, já clássica, *Crítica del Testo* (1984: 23)¹, estabeleceu o objectivo da crítica do texto, em sentido tradicional, como a restituição de um texto que se aproxime o mais possível do original e, a propósito da insegurança gerada pelo recurso a apógrafos² e alógrafos³, referia-se ao autógrafo

¹ Tradução do original alemão *Textkritik* (Leipzig, 1927).

² Cópia manuscrita de um original de autor.

³ Texto manuscrito de mão alheia à do autor.